

O DREX E A RECALIBRAÇÃO DO CONTROLE ESTATAL

A recente decisão do Banco Central de desligar o Drex após quatro anos de testes foi amplamente festejada nas redes como um recuo (ou até fracasso!) do projeto da moeda digital brasileira. Mas quem leu nas entrelinhas viu que não se trata de um abandono da ambição de controle do estado, mas de um simples reposicionamento tático para alcançar os mesmos fins por vias mais eficazes.

O suposto "fim" do Drex é um recálculo estratégico dentro de um projeto de longo prazo que tem por fim substituir a autonomia individual pela dependência do Estado. A justificativa oficial de "inadequação da blockchain" não nega os objetivos finais do projeto, mas reafirma a busca por infraestrutura mais robusta e blindada à contestações.

Nenhum movimento hegemônico avança de forma linear. Eles absorvem os contratempos, aprendem com as resistências e se adaptam. A decisão de "recomeçar do zero", agora priorizando os casos de uso da Open Finance e Pix, não representa desistência e sim consolidação. É um movimento de integração das ferramentas já naturalizadas do sistema financeiro, o que vai tornar a adoção do 'novo Drex' mais orgânica e, por isso, menos vulnerável às críticas.

O dinheiro programável materializa digitalmente o que muitos de nós lemos nos contos de George Orwell sobre o "controle onipresente". Quando o Estado tem a capacidade técnica de rastrear, restringir e até expirar recursos financeiros - possibilidade admitida por um executivo do Itaú envolvido no projeto, aliás -, nós testemunhamos uma reengenharia radical do conceito do que é liberdade para o cidadão. A privacidade financeira, pedra angular da autonomia, está sendo sacrificada no altar da "eficiência" e da "inclusão" ao redor do mundo, sustentada pela retórica dos projetos globalistas.

É fácil imaginar, com o implemento de um Drex, um benefício social programado para comprar apenas alimentos da cesta básica em raio de 5km da sua casa. Ou uma doação política bloqueada automaticamente por causa da posição do político em questão. Ou uma conta congelada por "comportamento inadequado do titular", sem definição clara do termo. Esses exemplos não são distopias, são funcionalidades técnicas **já disponíveis** no sistema do Drex que foi descartado.

Um programa como este não surge do vácuo. É fruto de uma longa marcha institucional que, por décadas, buscou moldar o Estado segundo a visão globalista de mundo. A ideia de que o cidadão não é capaz de gerir a sua vida financeira sem a ajuda do estado tem origem no paternalismo progressista que é tão embrenhado no sistema político brasileiro. A tentativa frustrada de vigiar o Pix foi um ensaio; o Drex seria o palco principal. A narrativa de "combate às fake news" associada a estes projetos prepara o terreno para um sistema onde a dissidência é punida com exclusão financeira, a versão digital da morte civil.

A pausa aparente no Drex não foi uma vitória da liberdade, mas um momento de consolidação estratégica dos totalitários de plantão. O governo e seus aliados tecnocráticos não desistiram, apenas reconheceram a necessidade de uma abordagem mais gradual e menos evidente.

Por isso se torna cada vez mais necessária a defesa intransigente do dinheiro físico, o dinheiro que você tem nas suas mãos, que existe no mundo real. O fim do Drex na sua forma atual é apenas um pequeno capítulo encerrado em uma guerra muito mais longa pela autonomia brasileira. A luta pelo controle do dinheiro é, ao fim e ao cabo, a luta pelo controle da autonomia da sua própria vida.

- **Recuo estratégico:** O desligamento do Drex representa uma pausa tática, não o abandono do projeto de controle financeiro centralizado.
- **Rastreamento e submissão:** O dinheiro programável amplia o poder estatal de vigiar e restringir o uso do dinheiro, comprometendo a liberdade individual.
- **Defesa da autonomia:** A preservação do dinheiro físico torna-se essencial frente à digitalização crescente e ao risco de exclusão financeira por dissidência.

